

Samantha de Freitas Campos¹

 0000-0003-4876-503X

Marcela Milrea Araújo Barros¹

 0000-0002-4569-0354

Cristiane Oliveira Secundo Sá¹

 0000-0002-9067-2027

Moises Lobo D'Almada Alves Pereira¹

 0000-0002-3205-2636

¹ Instituto Estadual de Educação
em Saúde Pública de Rondônia.
Porto Velho, Rondônia, Brasil.

DOI

10.54620/m791t927



Licença CC BY 4.0

Implantação da Escola de Saúde Pública na Amazônia Ocidental

Establishing a School of Public Health in western amazon

Implementación de la Escuela de Salud Pública en la Amazonía Occidental

RESUMO

A criação do Instituto Estadual de Educação em Saúde Pública em Rondônia representa um avanço crucial para o SUS na Amazônia Ocidental. Esta experiência, fundamentada em pesquisa qualitativa e exploratória, examina os desafios e estratégias na transformação da escola técnica do SUS em uma escola de saúde pública. A análise documental e revisão bibliográfica elucidaram as etapas de implantação, sublinhando desafios logísticos, articulação intersetorial e adaptação a particularidades regionais. A escola surge como espaço para a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, influenciando positivamente indicadores de saúde, reduzindo desigualdades e fortalecendo capacidades institucionais. O estudo ilustra o compromisso com os princípios do SUS e a qualificação do cuidado, consolidando políticas públicas ajustadas às necessidades locais. Este trabalho oferece insights para iniciativas similares, destacando soluções inovadoras para enfrentar as disparidades regionais na gestão da educação em saúde.

Descritores: Educação Permanente; Educação em Saúde Pública; Gestão em Saúde; Sistema Único de Saúde (SUS).

ABSTRACT

Established in August 2024, the Rondônia State Institute of Public Health Education marked an important advance for Brazil's Unified Health System in the Western Amazon. Based on qualitative, descriptive, and exploratory research, this experience report analyzes the challenges and management strategies associated with the transition from a SUS technical school to a School of Public Health. Documentary analysis and a literature review were used to identify map implementation stages and emphasizes logistical constraints, intersectoral coordination, and regional specificities. As a strategic space for the Brazil's National Policy of Permanent Health Education, the School of Public Health supports ongoing and integrated training for health professionals and it is expected to improve health outcomes, reduce regional inequities, and strengthen state institutional capacity. The initiative embodies SUS'

principles, contributing to improved care and policies tailored to local needs. It also offers relevant insights for similar initiatives.

Keywords: *Continuing Education; Public Health Education; Health Management; Unified Health System (SUS).*

RESUMEN

La creación del Instituto Estatal de Educación en Salud Pública en Rondônia representa un avance crucial para el SUS en la Amazonía Occidental. Esta experiencia, fundamentada en investigación cualitativa y exploratoria, examina los desafíos y estrategias en la transformación de la escuela técnica del SUS en una escuela de salud pública. El análisis documental y la revisión bibliográfica elucidaron las etapas de implementación, subrayando desafíos logísticos, articulación intersectorial y adaptación a particularidades regionales. La escuela surge como un espacio para la Política Nacional de Educación Permanente en Salud, influyendo positivamente en los indicadores de salud, reduciendo desigualdades y fortaleciendo capacidades institucionales. El estudio ilustra el compromiso con los principios del SUS y la cualificación del cuidado, consolidando políticas públicas ajustadas a las necesidades locales. Este trabajo ofrece perspectivas para iniciativas similares, destacando soluciones innovadoras para enfrentar las disparidades regionales en la gestión de la educación en salud.

Palavras chave: *Educación Continua; Educación en Salud Pública; Gestión de la Salud; Sistema Único de Salud.*

INTRODUÇÃO

A implantação de uma escola de saúde pública na Amazônia Ocidental representa um avanço estratégico para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) em uma região marcada por desafios geográficos, desigualdades socioeconômicas e diversidade cultural. Nesse contexto, a qualificação dos trabalhadores da saúde constitui um elemento central para a redução dos vazios assistenciais e para a promoção de uma atenção integral, resolutiva e adequada às especificidades locais e regionais¹⁻⁴.

Em Rondônia, a criação do Instituto Estadual de Educação em Saúde Pública, institucionalizado em 2024, resultou de um processo iniciado em 2019, voltado à reorganização da gestão da educação em saúde no âmbito estadual. A transformação da antiga Escola Técnica do SUS em uma escola de saúde pública ampliou o escopo das ações formativas, fortalecendo a Política de Educação Permanente em Saúde e a articulação entre ensino e serviço nos diferentes pontos da rede de atenção à saúde.

As Escolas Estaduais de Saúde Pública, vinculadas às Secretarias Estaduais de Saúde, configuram-se como espaços estratégicos para o desenvolvimento de ações educativas voltadas à formação, à qualificação e ao aperfeiçoamento contínuo dos trabalhadores do SUS. A atuação delas abrange as necessidades de saúde da região e objetivam trazer respostas de curto a longo prazo às perguntas-problema do SUS local. No contexto da região Norte, ainda marcada por assimetrias na oferta de formação em saúde, a experiência de Rondônia destaca-se pela adoção de estratégias de gestão adaptadas às limitações territoriais^{1-3,5}.

Diante desse cenário, este relato de experiência tem como objetivo compartilhar o processo de implantação de uma escola de saúde pública na Amazônia Ocidental. Ao longo do texto, destacam-se os principais desafios enfrentados e as estratégias de gestão da educação em saúde adotadas para fortalecer a formação profissional e a educação permanente no SUS, considerando as especificidades regionais.

MÉTODOS

Trata-se de um relato de experiência, de abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, que descreve o processo de implantação de uma escola de saúde pública no estado de Rondônia, localizado na Amazônia Ocidental, no período compreendido entre 2019 e 2024. O estudo analisa estratégias de gestão da educação em saúde, marcada por etapas de planejamento, articulação interinstitucional, institucionalização legal e ampliação das ações formativas voltadas aos trabalhadores do SUS. As estratégias em análise foram adotadas no contexto de transformação da antiga Escola Técnica do SUS em um instituto estadual de educação em saúde pública, atualmente vinculado à Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia. O relato baseia-se na vivência direta dos autores no processo de implantação e consolidação da instituição, considerando sua

atuação na gestão, no planejamento educacional e na execução das ações estratégicas.

Os dados utilizados foram obtidos a partir de fontes secundárias, incluindo documentos institucionais, legislações, portarias, planos de ação, relatórios técnicos e registros administrativos relacionados à implantação da escola de saúde pública. Complementarmente, realizou-se revisão bibliográfica sobre educação permanente em saúde, escolas de saúde pública e gestão do trabalho no SUS, com o objetivo de contextualizar a experiência no âmbito das políticas públicas de saúde.

Por não se tratar de um estudo com seres humanos, o estudo dispensa apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS

A implantação do Instituto Estadual de Educação em Saúde Pública de Rondônia (Iespro) ocorreu em consonância com os marcos legais e normativos que atribuem ao SUS a responsabilidade pela ordenação da formação de recursos humanos em saúde, conforme disposto no artigo 200, inciso III, da Constituição Federal de 1988, e pela Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, instituída pela Portaria GM/MS nº 198/2004.

O processo de transformação da antiga Escola Técnica do SUS teve início em 2019, a partir da elaboração do projeto “Implantação da Escola de Saúde Pública de Rondônia – ESPRO”, desenvolvido em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Saúde e a Organização Pan-Americana da Saúde. Esse processo envolveu a adesão formal do Estado, a realização de oficinas de planejamento estratégico e a construção do projeto institucional encaminhado à Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia para análise e consolidação.

No período anterior à institucionalização formal, a Escola Técnica do SUS, então denominada Centro de Educação Técnico-Profissional na Área da Saúde, já executava ações de educação permanente, estabelecia parcerias interinstitucionais e participava da gestão administrativa das residências multiprofissionais em saúde da Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia. Essas atividades, embora realizadas sem o reconhecimento jurídico de escola de saúde pública, contribuíram para evidenciar a necessidade de ampliação do escopo institucional e fortalecimento da governança da educação em saúde no estado.

O crescimento institucional foi acompanhado por avanços estruturais, destacando-se a conquista de uma sede própria, que ampliou as condições físicas e operacionais para o desenvolvimento das atividades educacionais. A nova estrutura passou a contar com salas administrativas, salas de aula, laboratórios, biblioteca, auditório, áreas de convivência e acessibilidade, possibilitando a diversificação das ações formativas e administrativas.

Durante a pandemia de COVID-19, a instituição participou das ações do comitê estadual de enfrentamento a essa questão desenvolvendo capacitações e

apoioando a organização de fluxos assistenciais no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia. Posteriormente, em 2023, o estado de Rondônia aderiu ao Programa Valoriza Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, instituído pela Portaria GM/MS nº 2.168/2023, e iniciou a elaboração do Plano Estadual de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, com participação ativa da então escola técnica no processo de planejamento.

A institucionalização formal ocorreu com a promulgação da Lei Complementar nº 1.248/2024, que transformou o Centro de Educação Técnico-Profissional na Área da Saúde no Iespro, autarquia vinculada à Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia. A partir desse marco legal, o Iespro passou a integrar o Subsistema Estadual de Educação em Saúde Pública, assumindo a coordenação de ações voltadas a educação técnica, educação superior, residências multiprofissionais, pesquisa, extensão e pós-graduação *lato e stricto sensu*.

No âmbito da produção e do uso do conhecimento científico, o instituto estruturou o Núcleo de Evidências Científicas, integrando-se à Rede para Políticas Informadas por Evidências (EVIPNet Brasil), e iniciou o processo de implantação do Comitê de Ética em Pesquisa, com o objetivo de fortalecer a condução ética e científica das pesquisas desenvolvidas no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia.

A atuação institucional ampliou-se por meio de parcerias com universidades, conselhos profissionais e instituições públicas nacionais, além do apoio ao Conselho Estadual de Saúde e da participação no Comitê Estadual da Equidade. Essas ações confirmam o papel do Iespro como instância estratégica de articulação da educação permanente em saúde no estado de Rondônia.

DISCUSSÃO

A criação do Iespro na Amazônia Ocidental reafirma a educação permanente em saúde como eixo estruturante para o fortalecimento do SUS, especialmente em contextos marcados por desigualdades territoriais, limitações logísticas e diversidade sociocultural. Ao articular formação profissional, gestão do trabalho e necessidades do território, a experiência rondoniense converge com o papel historicamente atribuído às escolas estaduais de saúde pública no apoio à organização dos sistemas de saúde e à qualificação das práticas assistenciais. Nesse sentido, o Iespro incorpora características comuns a essas instituições, como o compromisso com os princípios do SUS e com a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, a defesa do caráter público da formação e o fortalecimento do vínculo institucional dos trabalhadores. A orientação das ações formativas pelas demandas locais e regionais contribui para ampliar a capacidade de resposta dos serviços de saúde e para fomentar práticas profissionais mais contextualizadas, resolutivas e socialmente comprometidas, aspectos amplamente discutidos na literatura sobre educação em saúde coletiva^{1-3,5}.

Os desafios enfrentados pelas escolas de saúde pública, contudo, permanecem estruturais. A precarização das relações de trabalho, o adoecimento dos profissionais, a insuficiência de financiamento, as limitações tecnológicas e

as fragilidades nos sistemas de informação impõem obstáculos à continuidade e à avaliação sistemática das ações educacionais. Esses elementos reforçam a necessidade de implementação de instrumentos de monitoramento e avaliação capazes de qualificar a gestão da educação permanente e de subsidiar decisões baseadas em evidências^{4,8}.

A sustentabilidade dessas instituições está diretamente relacionada a decisões políticas que reconheçam a educação em saúde como política de Estado, e não como ação acessória ou conjuntural. Nas regiões Norte e Nordeste, onde persistem assimetrias históricas na oferta de formação e qualificação profissional, esse reconhecimento torna-se ainda mais estratégico. Nesse contexto, a opção pela institucionalização do Iespro como autarquia buscou assegurar maior autonomia administrativa e financeira, condição apontada pela literatura como relevante para a continuidade e a expansão das ações das escolas de saúde pública^{8,10}.

A pandemia de COVID-19 evidenciou o potencial dessas instituições como estruturas estratégicas de apoio à gestão e à resposta em saúde pública. Em Rondônia, a atuação do Iespro no suporte técnico e na qualificação das equipes durante a crise sanitária reforça o papel das Escolas de Saúde Pública como espaços de ciência aplicada, planejamento e articulação interinstitucional^{1,9}.

O fortalecimento institucional também se expressa na incorporação de estratégias voltadas à produção e ao uso do conhecimento científico. A criação do Núcleo de Evidências Científicas e a integração à EVIPNet Brasil inserem Rondônia no movimento de políticas informadas por evidências, em alinhamento às diretrizes da Organização Mundial da Saúde. Essa iniciativa contribui para aproximar gestores, trabalhadores e pesquisadores, favorecendo a tradução do conhecimento científico para a tomada de decisão no âmbito do SUS⁶.

De forma complementar, o incentivo à pesquisa e à ética científica, materializado na proposta de implantação do Comitê de Ética em Pesquisa do Iespro, alinha-se às normativas nacionais e amplia as condições institucionais para o desenvolvimento de estudos no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia, fortalecendo a produção de conhecimento contextualizado e socialmente relevante.

Além de fortalecer a gestão e a formação dos trabalhadores do SUS, a criação do Iespro proporciona benefícios diretos e indiretos à comunidade, ao qualificar profissionais para a oferta de serviços mais resolutivos e humanizados e ao fomentar a integração entre ensino, serviço e comunidade. Isso aproxima os processos formativos das necessidades reais dos usuários e dos territórios onde vivem.

Por fim, o fortalecimento das escolas estaduais de saúde pública requer ações contínuas de articulação interinstitucional, apoio jurídico e pedagógico, incentivo à pesquisa, sustentabilidade financeira e incorporação de tecnologias educacionais, dimensões que dialogam com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. A concretização do Iespro representa, portanto, um avanço político e técnico, uma vez que integra formação

e gestão do trabalho a um modelo adaptado à realidade amazônica. Esse contexto demonstra que, mesmo diante de restrições orçamentárias e geográficas, a educação permanente constitui um dos caminhos mais consistentes para qualificar o SUS e promover a equidade em saúde na Amazônia Ocidental^{1,6}.

CONCLUSÃO

A criação do Iespro como uma escola de saúde pública consolida-se como uma estratégia estruturante para o fortalecimento do SUS na Amazônia Ocidental, ao posicionar a educação permanente como eixo central para a qualificação da força de trabalho e a redução das desigualdades regionais. Mais que uma iniciativa administrativa, o Iespro afirma-se como instrumento de gestão alinhado aos princípios do SUS, integrando ensino e serviço, qualificando profissionais e contribuindo para redes de atenção mais equitativas e resolutivas. A experiência rondoniense, ao enfrentar desafios logísticos e territoriais com soluções adaptadas à realidade amazônica, oferece referências consistentes para outras regiões, reforçando a relevância do planejamento, do monitoramento e da avaliação contínua das ações de educação em saúde.

REFERÊNCIAS

1. Pontes HJC, Coutinho ML, Santos MR. As escolas estaduais de saúde pública: contribuições pedagógicas e político-institucionais para o SUS. In: Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), editor. CONASS Documenta. Vol. 35. Brasília (DF): CONASS; 2020.
2. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 1.996, de 20 de agosto de 2007. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2007.
3. Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS). Educação na Saúde: Escolas de Saúde Pública como estratégias de fortalecimento do SUS. Brasília (DF): CONASS; 2011.
4. Barreto Xenofonte AL, Santos ML, Abreu LDP, Moreira FJF, Sousa WML. Missão institucional e responsabilidade social: trajetória da Escola de Saúde Pública do Ceará. Cad ESP. 2022;16(3):81-87. doi: 10.54620/cadesp.v16i3.1348
5. Bezerra RKC, Souza DLA, Silva JCS, Pinto NS. Territorialização como Ferramenta para o cuidado em saúde. Cad ESP. 2020;14(1):84-88.
6. Wichmann RMA, Carlan E, Barreto JOM. Consolidação da Rede para Políticas Informadas por Evidências – EVIPNet Brasil: relato da experiência nacional de construção de uma plataforma de tradução do conhecimento para o SUS. Brasília: Ministério da Saúde/EVIPNet Brasil; 2016.
7. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGETS). Guia de Planejamento da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde no âmbito estadual e municipal do Sistema Único de Saúde. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2023.
8. Magnago C, Belisário SA, França T. Apoio institucional como dispositivo para o fortalecimento das Escolas de Saúde Pública. In: Educação, Trabalho e Gestão na Saúde: reflexões, reflexos e ações. São Paulo: Editora Científica Digital; 2021. p. 15-30.
9. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da

Educação na Saúde. Caminhos para o fortalecimento das Escolas de Saúde Pública do SUS. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2021.

10. Pontes HJC, Castro JL. As escolas de saúde do SUS: razões de ser e

Autora Correspondente

Samantha de Freitas Campos
liana.braz@aluno.uece.br

Contribuições dos Autores

Análise formal: SFC, COSS; **Metodologia:** SFC, COSS, MLDAP; **Redação – revisão e edição:** SFC, MMAB; **Redação – rascunho original:** SFC, MMAB, MLDAP; **Supervisão:** MMAB; **Validação:** SFC, MMAB, COSS, MLDAP; **Visualização:** MMAB.

Conflito de Interesses

Não há conflitos de interesse.

Financiamento

Financiamento próprio.

contribuições. Saúde Soc. 2023;32(Suppl 2):e230140pt. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902023230140pt>

Editores Associados

Genilton da Silva Faheina Junior e Sofia de Moraes Arnaldo

Como Citar

Campos SF, Barros MMA, Sá COS, Pereira MLD. Implantação da escola de saúde pública na Amazônia ocidental. Cadernos ESP. 2026;20:e2484.

Recebido em: 31/10/2026

Publicado em: 06/08/2026